POLÍTICAS PÚBLICAS NUMA SOCIEDADE LIBERAL SEGUNDO HAYEK [1]

Guilherme Aguiar Vivanco[2], Marcello Beckert Zappellini[3], Guilherme Araújo Almondes [4], Sabrina Fialho Farias de Avellar[5], André Torres Carvalho[6].

1 Vinculado ao projeto "Estudo da qualidade respiratória das plantas no Parque Nacional de Aparados da Serra"
[2] Acadêmico (a) do Curso de Ciências Econômicas – ESAG – Bolsista PROBIC/UDESC
[3] Orientador, Departamento de Economia – ESAG – marcello.zapelini@udesc.br
[4] Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas – ESAG
[5] Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas – ESAG
[6] Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas - ESAG

Friedrich August von Hayek foi um economista, filósofo austríaco naturalizado britânico que adentrou os mundos psicológico, econômico e político, se tornando um dos maiores representantes da escola austríaca de economia. Considera que o Estado é incapaz de possuir o conhecimento total de modo a fazer as escolhas mais eficientes, acreditando que as pessoas buscando sua melhoria de vida individualmente alcançariam uma melhor organização para a sociedade. Em economia institucional, Hayek defende que a política econômica deve criar uma estrutura para que cada indivíduo tenha liberdade de escolha, agregando possivelmente com seu conhecimento, o rendimento. Em determinado momento chega à conclusão que em determinadas ocasiões efeitos indiretos de ações governamentais podem produzir benefícios sociais, sem contradizer seu ponto que o sistema de preços comunicaria o conhecimento difuso sintetizado na economia.

Segundo Walter Eucken, o principal fundador do ordo-liberalismo, o estado deve determinar regras legais e manter a ordem política, defendendo que assim o livre mercado competitivo funcionará melhor. Hayek acredita que leis emergem naturalmente pelo modo que os seres humanos conduzem sua existência, todavia a legislação é criada pelo homem com intuito de beneficiar determinados grupos em particular, principal ou exclusivamente aqueles que estão no governo, aliados ou possuem vínculos de qualquer natureza seja.

Um erro fatal do socialismo é a pretensão de achar que um governo pode gerir sua sociedade de uma melhor maneira do que se fosse por meio da competição, dito no livro *The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*. Existe uma ineficiência na precificação, o governo não possui todo conhecimento, ele é disperso na sociedade e desta forma não seria possível uma melhor alocação da mão de obra e dos recursos a não ser por meio da interação dos indivíduos no mercado através do movimento entre a oferta e a demanda, tornando possível obter um panorama sobre a escassez.

Como é visto em *The Market and Other Orders* com a decorrência de frequentes abusos por parte dos monarcas na Idade Média foi-se criada a Carta Magna, limitando o poder dos mesmos. Foi criada uma legislação clara pautada no princípio da Isonomia, servindo de base para aplicação igualitária das leis vigentes sobre todos os cidadãos e só assim haveria um Estado de liberdade social e econômica de fato.

Ao diferenciar uma economia livre do socialismo nota-se que na primeira possuímos uma justiça comutativa com a disposição a pagar baseada em resultados, enquanto a segunda, a justiça é distributiva baseando-se na moral. Favorável a desestatização, questiona políticas trabalhistas crendo sindicatos atrapalharem a alocação eficiente da força de trabalho, contudo adere políticas

públicas voltadas para segmentos específicos. A descentralização proposta ultrapassa barreiras, chegando ao âmbito da emissão de 'moedas', que para o autor tornaria os conhecimentos mais bem alocados o que se pode inferir uma previsão não intencional sobre o panorama vivido hoje no mercado com a emergência de cripto moedas, finanças descentralizadas que aparecem como o futuro em que o poder do banco central é limitado.

O neurocientista J. M. Fuster faz uma analogia entre o conhecimento sendo disperso e distribuído no córtex cerebral assim como é no mercado entre os indivíduos na obra de Hayek . O "Problema do conhecimento" é visto sobre o aspecto do indivíduo (tema de *The Sensory Order*) tendo os indivíduos como "sistemas de conhecimentos" e sobre o aspecto social de onde destaca-se a ideia de analogia entre a evolução e a ordem espontânea. A última é dividida em uma dimensão 'horizontal' com o uso do conhecimento na sociedade (ordens espontâneas e mercados como sistemas de comunicação), e em uma dimensão 'intertemporal' compreendendo a competição como um procedimento de descoberta (evolução cultural como armazenamento de conhecimento e um processo de criação de conhecimento).

Economistas que obtiveram certa relevância sempre estudavam outras áreas de conhecimento para não se limitar em pressupostos que poderiam ser vistos por outras perspectivas, assim emergem críticas como em um artigo de 1937 donde Hayek discorre sobre a metodologia adotada pelos economistas pressupondo estados de equilíbrio, enquanto eles deveriam explicar como é alcançado. É necessária uma análise individual para alcançá-lo e depois passar a tentar explicá-lo de maneira agregada, pois através desse processo de descoberta que o conhecimento social total pode ser melhor interpretado, beneficiando de uma maneira mais eficiente a sociedade. Assim, nota-se uma crítica aos racionalistas pretendentes de ideias advindas de preceitos imperfeitos, consagrando a defesa a instituições de origem espontânea e evolucionárias valorando as práticas tradicionais e o conhecimento difuso, tácito, subjetivo.

Não conseguimos replicar com exatidão estímulos externos, saber como afetam-nos internamente, é complexamente variável a forma que se podem construir as relações e como ações governamentais poderiam ser bem direcionadas para a construção de políticas públicas que fariam bem o uso dos conhecimentos alocativos e heurísticos. Para Caldwell a questão central para Hayek é que arranjos institucionais fariam com que os indivíduos tomassem as melhores decisões e fizessem melhor uso de seus conhecimentos.

A teoria evolucionária é extrema importância para compreensão de como as ordens espontâneas se formam e desempenha um papel fundamental para Instituições, que para Hayek seriam fruto do relacionamento dos cidadãos com a sociedade e resposta a necessidade da formação de um escopo de regras para manutenção e desenvolvimento social. O volume de informações que podem ser processadas pelos indivíduos é inferior ao que as políticas demandam. Surgindo a plausibilidade da utilização de múltiplos autores na formulação de políticas públicas, para serem considerados conhecimentos dispersos e incompletos, que expressa a subjetividade, no pensamento de Mises, sobre o uso dos meios disponíveis de acordo com sua maior urgência.

Palavras-chave: Conhecimento disperso. Ordem espontânea. Descentralização. Instituições. Políticas públicas.